



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO  
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO  
RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS**

**TIPO DE AUDITORIA** : AUDITORIA DE GESTÃO  
**EXERCÍCIO** : 2010  
**PROCESSO N°** : 23098.000197/2011-10  
**UNIDADE AUDITADA** : 158143 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE  
BRASILIA  
**MUNICÍPIO - UF** : Brasília - DF  
**RELATÓRIO N°** : 201108570  
**UCI EXECUTORA** : SFC/DSEDU II - Coordenação-Geral de Auditoria da  
Área de Educação II

Senhor Coordenador-Geral,

Em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço n.º 201108570, e consoante o estabelecido na Seção III, Capítulo VII da Instrução Normativa SFC n.º 01, de 06/04/2001, apresentamos os resultados dos exames realizados sobre o processo anual de contas apresentado pelo INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA.

## **I - INTRODUÇÃO**

2. Os trabalhos de campo conclusivos foram realizados no período de 11/04/2011 a 29/04/2011, por meio de testes, análises e consolidação de informações coletadas ao longo do exercício sob exame e a partir da apresentação do processo de contas pela Unidade Auditada, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal. Nenhuma restrição foi imposta à realização dos exames.

## **II – RESULTADOS DOS TRABALHOS**

3. Verificamos no Processo de Contas da Unidade a não conformidade com o inteiro teor das peças e respectivos conteúdos exigidos pela IN-TCU-63/2010 e pelas DN-TCU-107/2010 e 110/2010, tendo sido adotadas, por ocasião dos trabalhos de auditoria conduzidos junto à Unidade, providências que estão tratadas em itens específicos deste relatório de auditoria. Esta Equipe de Auditoria considera que foram sanadas as deficiências apontadas e anexa a este Relatório de Auditoria cópia dos Ofícios 345 e 391/2011 – RIFB, bem como, o CD com os arquivos magnéticos do “novo” Relatório de Gestão do Instituto, ao tempo em que recomenda ao Gestor elaborar comunicação específica ao TCU, informando as modificações ocorridas no Relatório de Gestão.

4. Em acordo com o que estabelece o Anexo III da DN-TCU-110/2010, e em face dos exames realizados, efetuamos as seguintes análises:

### **4.1 Avaliação dos Resultados Quantitativos e Qualitativos da Gestão**

Das 10 ações de governo autorizadas na Lei Orçamentária Anual 2010 no Programa 1062,

verificou-se o atingimento das metas estabelecidas em 5 ações. Contudo, há de se ressaltar as ações que a Unidade Orçamentária não teve metas estabelecidas (4), quanto à ação restante (2994), não alcançou o objetivo previsto. Para o cálculo do percentual de execução, comparou-se com o orçamento de 2010 de cada Programa/Ação. Pode-se concluir, no geral, pela boa execução financeira. A seguir os resultados das ações citadas:

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB)					
1062 - Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica					
09HB - Contribuição da União, de Suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais					
Meta	Previsão	Execução	Execução/ Previsão (%)	Atos e Fatos prejudiciais ao desempenho	Providências Adotadas
Física	Não consta da LOA.	Não informada			
Financeira	6.428.186,	2.523.358,	39,25		
10FU - Implantação do Instituto Federal de Brasília					
Meta	Previsão	Execução	Execução/ Previsão (%)	Atos e Fatos prejudiciais ao desempenho	Providências Adotadas
Física	1	1	100		Executada por meio de descentralização de créditos para o IFG.
Financeira	30.000.000,	30.000.000,	100		
1H10 - Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica					

Meta	Previsão	Execução	Execução/ Previsão (%)	Atos e Fatos prejudiciais ao desempenho	Providências Adotadas
Física	5	5	100		
Financeira	26.449.393,	26.824.674,	101,42		
20AW - Implementação e Manutenção do Sistema de Informação da Educação Profissional					
Meta	Previsão	Execução	Execução/ Previsão (%)	Atos e Fatos prejudiciais ao desempenho	Providências Adotadas
Física	Não consta da LOA.	Não informada			O Gestor não apresenta o objeto da Ação no Relatório de Gestão, impossibilitando uma análise.
Financeira	Não consta da LOA.	8.659,			
2992 - Funcionamento da Educação Profissional					
Meta	Previsão	Execução	Execução/ Previsão (%)	Atos e Fatos prejudiciais ao desempenho	Providências Adotadas
Física	1200	1944	162		
Financeira	15.415.613,	14.149.670,	91,79		
2994 - Assistência ao Educando da Educação Profissional					

Meta	Previsão	Execução	Execução/ Previsão (%)	Atos e Fatos prejudiciais ao desempenho	Providências Adotadas
Física	200	119	59,5		
Financeira	50.000,	45.006,	90,01		
6301 - Acervo Bibliográfico para as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional					
Meta	Previsão	Execução	Execução/ Previsão (%)	Atos e Fatos prejudiciais ao desempenho	Providências Adotadas
Física	2000	1956	97,8		
Financeira	100.000,	75.501,	75,50		
6358 - Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional					
Meta	Previsão	Execução	Execução/ Previsão (%)	Atos e Fatos prejudiciais ao desempenho	Providências Adotadas
Física	Não consta da LOA.	Não informada			O Gestor não apresenta o objeto da Ação no Relatório de Gestão, impossibilitando uma análise.
Financeira	Não consta da LOA.	19.506,			
6380 - Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional					

Meta	Previsão	Execução	Execução/ Previsão (%)	Atos e Fatos prejudiciais ao desempenho	Providências Adotadas
Física	Não consta da LOA	Não informada			O Gestor não apresenta o objeto da Ação no Relatório de Gestão, impossibilitando uma análise.
Financeira	Não consta da LOA	2.531.180,			
8650 - Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica					
Meta	Previsão	Execução	Execução/ Previsão (%)	Atos e Fatos prejudiciais ao desempenho	Providências Adotadas
Física	5	5	100		Cinco unidades reestruturadas. Foram instalados quatro novos <i>campi</i> do IFB e realizadas diversas reformas no <i>Campus</i> Planaltina, que já estava instalado no ano passado
Financeira	938.253,	2.906.239,	309,75		

Fonte: Siafi Gerencial e Relatório de Gestão IFB 2010

Dentre as 10 ações de governo listadas no quadro anterior, observou-se que todas tiveram execução compatível com a previsão orçamentária ou que as ações para completa execução do previsto não estavam ao alcance das decisões tomadas em nível do Instituto. Além disso, há que se destacar na ação 10FU- Implantação do Instituto Federal de Brasília não ocorreu execução sob a responsabilidade da UJ, uma vez que, os créditos foram descentralizados para execução por conta do Instituto Federal de Goiás – IFG, restando ao IFB a fiscalização da execução física, fato que ocorreu dentro das conformidades.

#### 4.2 Avaliação dos Indicadores de Gestão da UJ

O IFB construiu os seus indicadores institucionais em 2010 e buscou otimizar o processo de envio

de informações dos campi à Reitoria, por meio de estabelecimento de rotinas a serem cumpridas pelas coordenações de registro de cada Campus e pela Coordenação-Geral de Pesquisa Institucional, esta trabalhou com a sistematização dos dados e com a construção e análise dos indicadores.

Uma das dificuldades apontadas pelo Instituto foi a ausência de um sistema informatizado nas Coordenações de Registro Acadêmico dos campi. Pois este sistema automatizaria os processos e possibilitaria um acompanhamento mais detalhado das informações dentro da coordenação de registro do próprio Campus e por parte do setor de pesquisa institucional, eliminando o retrabalho.

O Instituto utiliza diversos sistemas de preenchimento de informações, como os censos escolares, o e-MEC, o SIG e o SIMEC.

A diferença de base de dados dos diversos sistemas foi apresentada como uma dificuldade na obtenção dos dados conforme extraído do Relatório de Gestão 2010: "Sem troca de informações diretamente via banco de dados a extração das informações torna-se mais lenta e exige freqüentes verificações de consistência. O SigaEdu, módulo de gestão acadêmica que vem sendo desenvolvido pela SETEC em parceria com o IFB, será o sistema de gestão acadêmica dos IF. Espera-se que, com ele, a migração de dados entre os sistemas seja agilizada. A Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação do IFB – DTIC faz parte da equipe de desenvolvimento deste sistema e as coordenações de registro já o mantêm atualizado com todos os alunos que estão em curso no IFB. Em relação ao Simec, há diferenças no método de levantamento das informações. No Simec, é feito o registro de total de alunos matriculados mês a mês. Contudo, para levantar a informação de quantos foram matriculados ao longo do ano, o sistema seleciona automaticamente o mês de pico, ou seja, o mês com mais alunos matriculados. Contudo, este número não corresponde à realidade. Como há continuamente cursos começando e outros terminando, a manutenção do número total de alunos não significa que novos alunos não foram atendidos."

Quanto à segurança da informação gerada pelos indicadores, pode haver prejuízo em função dos diferentes dados fornecidos pelos diversos sistemas utilizados pelo IFB e pelas inconsistências do Simec, conforme já mencionado pelo próprio Instituto acima. A uniformização dos mesmo seria favorável para a obtenção de valores mais precisos.

No Relatório de Gestão do exercício de 2010, o IFB apresentou os indicadores exigidos pelo Tribunal de Contas da União por meio do Acórdão nº 2.267/2005-Plenário.

Foi analisado, em especial, o indicador administrativo 9.2.1 Gastos correntes por aluno, em função da sua criticidade, materialidade e relevância, fls 126 do Relatório de Gestão da Unidade. Em uma primeira abordagem, notou-se uma divergência no valor das Despesas Correntes. Assim sendo, foi solicitado ao Gestor que adotasse o valor de R\$ 26.849.940,72 ao invés de R\$ 24.129.425,00, divergência oriunda devido ao fato de o Gestor pretender assumir como executado, somente a despesa que estava prevista no orçamento do IFB, não somando àquelas, as despesas que foram executadas pelo Instituto e que, no entanto, fazem parte do orçamento de outras Unidades Orçamentárias.

Após a adoção, pelo Gestor, do valor solicitado, foi verificado que os dados primários utilizados possuem fidedignidade e são confiáveis, estando, portanto, passíveis de comparações.

Foram arrolados 11 indicadores utilizados na unidade IFB, de acordo com o Acórdão nº 2.267/2005 /TCU/Plenário, nos quais se constata o atendimento aos critérios de utilidade e de mensurabilidade.

Verifica-se a ocorrência de ações que se enquadram como "boas práticas" adotadas pelo IFB,

merecendo destaque as seguintes ações:

- aumento do nº de alunos matriculados, saltando de 495 em 2009 para 2783, no exercício de 2010, configurando-se assim, um incremento de 562%, ressalvando que se trata de aluno atendido e não aluno equivalente, estando, assim, relacionados os alunos dos cursos Formação Inicial e Continuada - FIC cuja carga horária é variada; e
- aumento da oferta de vagas em 705%, saindo de uma posição estagnada de 440 vagas ofertadas nos exercícios de 2008 e 2009, para 3.102 vagas ofertadas no exercício de 2010.

#### 4.3 Avaliação do Funcionamento do Sistema de Controle Interno da UJ

O sistema de controle interno do Instituto foi avaliado segundo os seguintes aspectos de Ambiente de Controle; Avaliação de Risco; Informação e Comunicação; e Monitoramento.

Verifica-se a ocorrência de ações que se enquadram como “boas práticas” adotadas pelo IFB, tais como a aprovação de normativos gerais; eleição e posse dos membros do Conselho Superior; disponibilização de documentos para consulta pública no site institucional; e criação de indicadores de gestão adicionais àqueles elencados na Decisão nº 2.267/2005 – TCU – Plenário.

Após a análise do sistema de controle interno do Instituto sob a ótica dos aspectos anteriormente listados, é de se ressaltar a sua evolução e desenvolvimento. Contudo, restaram algumas falhas, quais sejam: falta de registros dos atos de admissão ou demissão no Sistema SISACnet do TCU; inconsistências quanto à informação de registros dos convênios do SICONV vigentes na Unidade; inconsistências quanto à informação de registros dos contratos do SIASG vigentes; falta de registro regular da produção agropecuária própria; falta de inventário de bens móveis; e Fragilidade nos controles relativos às informações contidas no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUNet sobre Bens de Uso Especial da União sob a responsabilidade da Unidade.

#### 4.4 Avaliação da Situação das Transferências Voluntárias

Durante a execução dos trabalhos de auditoria, verificou-se que não existiam registros de instrumentos de transferências voluntárias no Sistema SICONV para o exercício de 2010, muito embora, o Relatório de Gestão/IFB informe sobre a descentralização de créditos, no valor de R\$ 30.000.000,00, ao Instituto Federal de Goiás – IFG.

Além dessa transferência, o Gestor informou, por meio de uma Relação de Convênios/Colaboração Técnica/Acordo de Cooperação Técnica - Ano 2010, a existência de 11 instrumentos que, da mesma forma, não estão registrados no SICONV.

Tal deficiência faz parte do Anexo deste Relatório de Auditoria onde foi constatado, em item próprio, “inconsistências quanto à informação de registros dos convênios vigentes na Unidade”.

Ressalte-se a boa prática do Instituto quanto ao acompanhamento da descentralização realizada ao IFG. O documento intitulado de Relatório de Acompanhamento de Obra narra minucioso acompanhamento fotográfico e, ao final, traz o resumo de todas as medições realizadas, apontando o valor licitado, o valor recebido e o saldo.

#### 4.5 Avaliação da Regularidade dos Processos Licitatórios da UJ

Da despesa liquidada com compras, alienações, serviços e obras, no valor de R\$ 31.837.072,05,

foram selecionados por amostra aleatória 21 processos, cujas, modalidades licitatórias, valores realizados em 2010 e representatividade estão discriminados a seguir:

<b>Tipo de Aquisição de Bens/Serviços</b>	<b>Valor no Exercício</b>	<b>% Sobre Total</b>	<b>Montante Auditado</b>	<b>% de Recursos Auditados</b>
Dispensa	2.791.093,32	8,77	46.193,65	0,45
Convite	4.636,41	0,01	-	-
Inexigibilidade	486.823,40	1,53	698.400,00	6,80
Concorrência	12.041.124,34	37,82	4.593.348,27	44,71
Pregão	13.965.502,75	43,87	4.039.115,08	39,32
Tomada de Preços	2.547.891,83	8,00	895.866,64	8,72
<b>Total</b>	<b>31.837.072,05</b>	<b>100,00</b>	<b>10.272.923,64</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Siafi Gerencial

Após análise referentes aos itens relacionados anteriormente, pode-se afirmar que, quanto aos itens passíveis de licitação, a natureza do material, serviço e obra é compatível com as atividades típicas da área requisitante, atendendo às reais necessidades da Unidade. Em relação à categoria de inexigibilidade, pode-se afirmar que o processo foi instruído com todos os elementos constantes no art. 26 da Lei nº 8.666/93, estando devidamente amparado por parecer técnico da área. Nas dispensas de licitação, observou-se o correto enquadramento junto às hipóteses previstas na legislação específica, bem como, a instrução com os elementos constantes na legislação vigente e o amparo no devido parecer técnico.

#### 4.6 Avaliação da Gestão de Recursos Humanos

O Instituto teve um aumento nos custos com recursos humanos no IFB em função da Política de Expansão do Ensino Profissional. Tal política, explica o aumento de 258% no total de servidores da UJ, conforme discriminado a seguir:

<b>Categoria Funcional</b>	<b>DEZ2009 Quantidade</b>	<b>DEZ2010 Quantidade</b>



Ativo permanente	108	309
Requisitado	22	17
Nomeado cargo comissão	2	4
Cedido	1	7
Contrato temporário	2	1
Requisitado de outros órgãos	1	1
Exercício descentr. carreira	2	8
Estagiário	3	17
Colaborador PCCTAE	-	1
<b>Total de servidores</b>	<b>141</b>	<b>365</b>

Fonte: Siape

Relativamente à análise da folha de pagamento da instituição, foram analisadas as seguintes ocorrências:

- a) pagamento de auxílio-transporte;
- b) pagamento de exercícios anteriores;
- c) cessões e requisições de servidores no exercício de 2010;
- d) servidores que exerceram cargos ou empregos comissionados ou funções de confiança no exercício de 2010; e
- e) registros no Sistema SISACNET do TCU, nos cadastros de admissão, aposentadoria e instituição de pensão ocorridos no ano de 2010.

Dentre as confirmações das ocorrências anteriormente relatadas, a única passível de ressalva foi a verificada pela falta de registros dos atos de admissão, demissão, concessão de aposentadoria ou

pensão no Sistema SISACNet do TCU.

#### 4.7 Avaliação do Cumprimento pela UJ das Recomendações do TCU e do Controle Interno

Tendo em vista a recente criação do Instituto, não há registros de determinações e recomendações, específicas à UJ, expedidas pelo Tribunal de Contas da União.

No caso específico das recomendações da Unidade de Controle Interno, a CGU realizou auditoria de contas relativo ao exercício de 2009 e fez 47 recomendações para a UJ. Tais recomendações se concretizaram no Plano Permanente de Providências - PPP cujo acompanhamento ocorreu, em parte, no exercício de 2010. No prosseguimento das ações afetas à UCI, foram analisadas as respostas da UJ e baixadas todas as pendências, em virtude dos documentos apresentados e das ações evidenciadas.

Todavia, no decorrer dos exames efetuados por esta Equipe de Auditoria, foi verificado que restaram algumas recomendações não-cumpridas. Dessa maneira, elenca-se as recomendações constantes do Relatório de Auditoria nº 243992 (Relatório de Contas do Exercício de 2009) que não foram cumpridas pelo IFB: instituição da própria comissão de processo administrativo disciplinar; registro dos atos de admissão e concessão de aposentadoria no SISAC; e finalização do Processo Disciplinar nomeada pelo Senhor Ministro de Estado da Educação, cujos trabalhos ainda não estão concluídos.

#### 4.8 Avaliação da Gestão de Passivos sem Previsão Orçamentária

Quanto ao levantamento dos passivos por insuficiência de créditos ou recursos, não há registros de valores inscritos na conta 2.1.2.1.1.11.00 (Fornecedores por insuficiência de créditos/recursos) ao longo do exercício. Em corroboração a tal assertiva, o Gestor afirma, no Relatório de Gestão IFB 2010, que “*não apresentou reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.*”

#### 4.9 Avaliação da Conformidade da Inscrição de Restos a Pagar

Da análise efetuada em processos de restos a pagar, não foram verificados problemas a ponto de se elaborar uma constatação. Ocorreram casos de empenhos emitidos ao final de 2010 e com prazo de entrega final de mercadorias no ano posterior, cujos produtos já foram entregues e pagos em janeiro de 2011, como também situações de obras de engenharia, que demandam maior tempo para execução e apresentaram serviços não liquidados até o final de 2010, as quais há uma continuidade dos serviços a serem prestados ultrapassando um único ano-calendário.

#### 4.10 Avaliação dos Critérios - Chamamento Público

Não foi realizado chamamento público pela UJ no exercício de 2010.

#### 4.11 Avaliação de Contratos e Convênios - SIASG/SICONV

Os exames realizados apontaram que o IFB não está realizando os registros dos contratos e dos convênios nos sistemas corporativos federais, Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV e Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, respectivamente. Tal fato é narrado em itens específicos do Anexo deste Relatório de Auditoria.

#### 4.12 Avaliação da Entrega e do Tratamento das Declarações de Bens e Rendas

Ao se verificar a fidedignidade das informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas, foram evidenciadas informações incorretas quanto ao cumprimento dessas obrigações.

#### 4.13 Avaliação da Sustentabilidade Ambiental em Aquisições de Bens e Serviços

Quanto à questão da sustentabilidade ambiental, foi apurado por essa Equipe de Auditoria que o IFB desenvolve ações, em diversas vertentes, demonstrando que o assunto é tratado de modo contínuo e consistente.

Assim, pode se concluir pela boa prática administrativa, uma vez que evidenciam esse posicionamento as ações de criação de cursos: FIC; técnicos regulares e subsequentes; e tecnólogos, todos ligados à questão ambiental. Além da criação de cursos, cujo fundamento educacional é a atividade finalística do IFB, pode-se citar ações desenvolvidas junto aos servidores da Entidade:

a) reunião dos professores do Campus Brasília com representantes do Ministério do Meio Ambiente (MMA) para tratar da implantação do programa A3P – Agenda Ambiental na Administração Pública – no IFB. No primeiro encontro, os docentes do Instituto procuraram compreender os passos e diretrizes do programa ambiental. Como resultado da reunião, o grupo apresentou ao reitor do IFB, a proposta para criação de uma comissão para discutir o tema dentro da Instituição. Posteriormente, foi instituída a Comissão de Meio Ambiente do IFB (IFAmbiental), que, no entanto, ainda não foi nomeada oficialmente. Salienta-se que, mesmo na informalidade, a IF Ambiental já desenvolve ações que procuram acompanhar a determinação do decreto nº 5.590 de 2006, que instituiu, para os órgãos da administração federal, a separação dos resíduos recicláveis descartados. O planejamento da Comissão relaciona 3 metas a serem alcançadas: sensibilização e educação ambiental; implantação; e Parceria MMA - A3P;

b) Processo nº 23098.001125/2010-09 para a aquisição de material de coleta seletiva de lixo; e

c) realização do “I Debate sobre Reciclagem no DF: Cenários e Perspectivas”.

#### 4.14 Avaliação da Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

O IFB, no Relatório de Gestão, informou que possui os seguintes bens imóveis de uso especial: reitoria; campus Brasília; campus Gama; campus Planaltina; campus Samambaia; campus Taguatinga; escolas do GDF utilizadas pelos campi; campus Riacho Fundo; campus São Sebastião; e campus Brazlândia. A situação de cada imóvel é tratada e existe um histórico dos bens imóveis do IFB.

Em que pese as ações praticadas, os procedimentos e controles adotados pelo IFB na gestão dos Bens Imóveis de Uso Especial da União sob sua responsabilidade foram insuficientes para evitar inadequações quanto aos seus registros no SPIUnet.

#### 4.15 Avaliação da Gestão de Tecnologia da Informação

Da análise realizada em campo, constatou-se a boa prática administrativa da existência de

Planejamento Estratégico da Unidade, e que abrange a unidade como um todo. O PETI (Planejamento Estratégico para área de Tecnologia da Informação) também tem uma abrangência universal, e está voltado para o cumprimento da missão institucional. Contudo, comparado ambos os planos, verifica-se a falta de alinhamento dos mesmos.

Quanto à política adotada de Recursos Humanos para a área de TI, constata-se que não há servidores terceirizados em toda a área. Portanto, as informações estratégicas da área e banco de dados não estão vulneráveis quanto a este item.

A Política de Segurança da Informação está em fase de implementação.

Verificou-se, quanto ao desenvolvimento de sistemas, que o IFB possui uma metodologia própria, a qual realiza levantamento das necessidades das diversas áreas e prioriza o desenvolvimento dos sistemas conforme as necessidades arroladas.

Quanto às contratações de serviços, o IFB somente o fez para Provedores de Internet e cablagem. Sendo, no caso destas contratações, não aplicáveis nas situações específicas para as verificações necessária no tema sustentabilidade nas contratações.

#### 4.16 Conteúdo Específico

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada a “Parte C – Conteúdo Específico por Unidade Jurisdicionada ou Grupo de Unidades Afins”, do Anexo II, da DN TCU Nº 107/2010.

5. Entre as análises realizadas pela equipe, não foi constatada ocorrência de dano ao erário.

### III - CONCLUSÃO

Eventuais questões pontuais ou formais que não tenham causado prejuízo ao erário, quando identificadas, foram devidamente tratadas por Nota de Auditoria e as providências corretivas a serem adotadas, quando for o caso, serão incluídas no Plano de Providências Permanente ajustado com a UJ e monitorado pelo Controle Interno. Tendo sido abordados os pontos requeridos pela legislação aplicável, submetemos o presente relatório à consideração superior, de modo a possibilitar a emissão do competente Certificado de Auditoria.

Brasília/DF, 28 de junho de 2011.

<b>NOME</b>	<b>CARGO</b>	<b>ASSINATURA</b>
FELIPE FAJARDO FASSY	AFC	_____
FLAVIA COSTA MARQUES	TFC	_____
GIOVANA VASCONCELLOS DOS PRAZERES	AFC	_____
HELIO DE SOUSA	AFC	_____
WILLIAM MIRANDA DE MELLO	TFC	_____